



A GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO BÁSICO NA CIDADE DE PARNAÍBA/PI E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Marcos Junio Lira Silva (Pedagogia/UFPI/Parnaíba/marcos-junio100@hotmail.com)

Lucilene Monteiro Nascimento da Costa
(Pedagogia/UFPI/Parnaíba/lucilenemonteiro467@hotmail.com)

Élido Santiago da Silva (Professor Ms. /Orientador/Pedagogia/UFPI/Parnaíba)

RESUMO

Nesta pesquisa partiremos de análise de documentos que apresentam os destinos dos recursos financeiros a educação básica brasileira, de estudos e entrevistas em dois centros de ensino público da Cidade de Parnaíba - PI, fazendo referência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que está presente nas escolas por meio de diversos programas, por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), focalizaremos a qualidade dos gastos públicos que toma dois rumos: um investimento que não apresenta resultados satisfatórios no processo de ensino aprendido, este último caracterizado pela má gestão e o segundo pela própria falta de participação da comunidade escolar e social que afeta diretamente esse processo. Dados apontam que a problemática na educação brasileira não está somente na má gestão desses recursos financeiros, mas na cultura que deva ser impregnada na vida desse povo, onde a educação deva ser posta em um pedestal, concebendo a mesma como único meio pelo qual o indivíduo pode liberta-se, emancipar-se e contribuir para que o seu país cresça. Evocamos autores como ALVAREZ (2010), GENTILI; FRIGOTTO (2011), MENEZES (2013), SAVINANI (2011) e outros para embasar nossa pesquisa.

Palavras-chave: Gestão de recursos financeiros. Educação. Cultura. Resultados insatisfatórios no ensino e aprendizado. Participação da Comunidade escolar e social.

ABSTRACT

This research will be based on analysis of documents with the intention to highlight the destination of Brazilian financial funds, studies and interviews at two public school centers of basic education in Parnaíba - PI; making reference to the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and Education Professionals' Value (FUNDEB), which is present in schools through many programs, for instance, Money Direct in School Program (PDDE). There will be a focus on the quality of public financing that takes two courses: an investment that does not present satisfactory results in teaching learning process, the first mentioned is a result of mismanagement, and the second for lack of both school and social community participation that affects this process directly. Indicators have shown that the problem in Brazilian education is not only the mismanagement of financial resources, but the culture that may be stuck in these people's lives, where education is being put up on a pedestal, conceiving it as the only means by which the individual can be set free, redeemed and; hence, contribute to the growth of the country. The authors ALVAREZ (2010), Gentili; Frigotto (2011), Menezes (2013), SAVINANI (2011) and others are cited to support our research.

Keywords: Financial resources management. Education. Culture. Unsatisfactory results in teaching and learning process. Participation of school and social community.



INTRODUÇÃO

Este estudo propõe elucidar as questões pertinentes ao destino e ao uso dos recursos financeiros na educação básica brasileira, desde o ambiente macro do sistema educacional, aqui nos referimos as políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação (MEC), órgão que destina os recursos às secretarias de educação de todo o país até o espaço micro da escola. Baseando-se na análise de entrevistas e estudos em Escolas da própria rede municipal de ensino de Parnaíba - PI. A fim de abrir um espaço de debate e análise das duas vertentes que serão abordadas neste trabalho: a questão do destino dos recursos financeiros a educação básica brasileira, fazendo referência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e ao seu uso, que se materializam nas escolas por meio de diversos programas (Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE Estrutura, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate, Caminho da Escola, Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Merenda Escolar, Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE, Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância e outros).

Rotineiramente vimos estampados em jornais e revistas impressas, noticiários televisivos a seguinte manchete reivindicando um destino maior do Produto Interno Bruto (PIB) e agora dos Royalties do Petróleo aqui no Brasil para a educação: “Alunos, professores, profissionais da educação, sindicatos e entidades mobilizam-se e travaram uma luta: a educação deve ser prioridade aqui no Brasil! Não há investimento na educação! A educação vive em esquecimento!” Mas pesquisas apontam que o Brasil perde anualmente R\$56 bilhões com a má gestão dos recursos públicos para a educação, estudo este realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) no ano de 2013. E agora? Se antes o problema era a falta de recursos, hoje os recursos existem é claro que ainda não são suficientes.

Mas agora o que está em questão é a ineficácia da aplicabilidade destes recursos, que é algo alarmante. A qualidade dos gastos públicos toma dois rumos: um investimento que não apresenta resultados satisfatórios no processo de ensino aprendido, este último caracterizado pela má gestão e o segundo pela própria falta de



participação da comunidade social nesse processo, sem levar em consideração os desvios dos recursos públicos. O Brasil é o país entre os outros países da América Latina que mais investe na educação, exemplo disso foi a votação que saiu vitoriosa para o setor da educação no ano de 2013 resultando na aprovação do destino de cerca de 75% dos royalties do petróleo à educação, mas o que caracteriza a educação brasileira são os resultados insatisfatórios quanto à aprendizagem, a taxa de aprovação e o desempenho dos alunos. Isso mostra o quanto a educação interfere na vida das pessoas.

A Noruega investe cerca de 7,3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação e tem um índice de evasão escolar de 0,5%. No Brasil investe-se anualmente 5,7% de toda a riqueza gerada no país e o percentual de alunos que desistem dos estudos é de 24,3% só na educação primária. (MENEZES, 2013).

Quanto à evasão escolar, os motivos, seja talvez por falta de locomoção de casa para chegar à escola, pelo fato de muitas vezes este aluno estar com fome e na escola não ter merenda escolar, talvez pelo pai e a mãe trabalharem e a ele ficar o dever de cuidar do irmão mais novo e/ou mesmo trabalhar.

Está aí a raiz das dificuldades por que passa a política educacional. As medidas tomadas pelo governo, ainda que partam de necessidades reais e respondam com alguma competência a essas necessidades, padecem de uma incapacidade de resolvê-las. Isto por que a lógica que as preside as torna presas de um círculo vicioso eivado de paradoxos: as crianças pobres teriam melhor rendimento escolar se seus pais participassem mais ativamente da educação escolar dessas crianças; mas para isso eles deveriam ter um melhor e mais alto nível de instrução (...). As crianças pobres teriam mais êxito na escola se não precisassem trabalhar, mas elas precisam trabalhar exatamente porque são pobres. Esses paradoxos manifestam-se também no próprio campo econômico: os trabalhadores seriam mais produtivos se estivessem maior e melhor nível de instrução; mas para terem maior nível de instrução eles precisariam ser mais produtivos para que a economia do país pudesse gerar os recursos que permitiriam maior investimento em educação. (SAVINIANI, 2011, p. 5).

Esses fatores apresentam o quanto a educação impacta e é impactada pelas desigualdades sociais, ou seja, a falta desta interfere na qualidade de vida das pessoas.

A educação é um dos principais indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) / 2013, divulgado pelo Programa das Organizações das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), (...) em que o Brasil ocupa a 85ª posição no ranking geral do IDH, enquanto os noruegueses estão na primeira posição. (MENEZES, 2013).



O Professor Naércio Menezes em entrevista ao Instituto Millenium, Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) / 2013, chama a atenção para a necessidade de se desenvolver uma cultura de valorização da educação no Brasil, como acontece, por exemplo, nos países desenvolvidos, como China e Coréia do Sul, que provam que a educação é um pilar essencial para o crescimento, que mais do que simples investimentos, essas nações concebem a educação como uma cultura muito forte. Afirma Neri, “é necessário revolucionar todo o sistema educacional, como foco na gestão, na aplicação de avaliações e no mérito”. (NERI, 2010).

A educação como prioridade é o que está em questão. As políticas públicas que surgem para sanar ou pelo menos minimizar as problemáticas sociais comuns a um grupo da sociedade, como: saúde, segurança, alimentação, moradia, emprego, todos estes e inúmeros outros apontam que sua melhora pode vir por meio da educação. A educação é então a principal alternativa de reduzir as problemáticas sociais, as desigualdades existentes em uma sociedade, em que, por exemplo, a falta de emprego é ocasionada pela exigência que o mercado de trabalho faz, ou seja, não existe mão de obra suficiente e qualificada; em que para melhorar a saúde, requer informações, cuidados e prevenções. Dessa maneira o Brasil não consegue alçar voo no ensino, ameaçando até mesmo o crescimento econômico do país.

Vejamos que a educação afeta os inúmeros pilares da sociedade, emergem as desigualdades sociais, a pobreza, questões pertinentes à qualidade de vida, a instrução dos pais dos alunos. E tantos fatores que interferem em resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem, mas um exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), coloca a prova tudo isso, por mais que as desigualdades sociais contribuam para resultados insatisfatórios na escola, a família se mostra como peça chave na superação desses desafios, ou seja, um movimento composto de pessoas sem ter onde morar, que passam fome, sede, jogadas ao relento, onde ninguém se preocupa em garantir a estas seus direitos básicos, a moradia, a educação, mas resolvera lutar com o que o homem pode carregar consigo sem medo de ser roubado, o conhecimento.

(...) A experiência educacional dos sem terra chegou a ganhar um prêmio do Unicef, assim como um grande acervo de conhecimento já foi acumulado, registrado via a produção do próprio movimento (cartilhas, textos e material de apoio pedagógico), como dissertações,



teses, artigos e livros. (Caldart, 1997, apud, GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.), 2011, pag. 97).

Este exemplo posto acima, nos mostra que as condições sociais de pobreza interferem sim nos bons êxitos do ensino, mais que sozinha não é ponto chave, outros pontos interferem negativamente na educação básica brasileira. Dados apontam que a problemática na educação brasileira não está somente na má gestão desses recursos financeiros, mas na cultura que deva ser impregnada na vida deve povo.

Enquanto países já desenvolvidos como China, Japão, Coréia do Sul, colocam a educação em um pedestal, concebendo a mesma como único meio pelo qual o indivíduo pode liberta-se, emancipar-se e contribuir para que o país cresça em aspectos produtivos. No Brasil a bola da vez é a Copa do Mundo, o importante é o futebol, é o carnaval, nada contra estes eventos, mas quantos bilhões não foram gastos com a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, aqui no Brasil, onde muitos deles ao término da Copa como já se pode ver viraram estádios fantasmas, pois não terão mais utilidade.

Em 21 de janeiro de 1998, manchete de primeira página da *Folha de São Paulo* anunciava: “Bancos estaduais terão socorro de R\$37,6 bi”. Ora, para um PIB em 1997 de 862 bilhões de reais, conforme divulgado pelo IBGE em fevereiro de 1998, os 4% de acréscimos previstos na proposta de Plano Nacional da Educação apresentada neste livro correspondem a 34,48 bilhões. Não bastasse isso, uma nova manchete de primeira página do mesmo jornal registra na edição de 30 de janeiro de 1998: “Socorro a banco estadual poderá atingir R\$50 bi”, esclarecendo que a previsão anterior subestimava os rombos do Banespa e BANERJ. E na reportagem interna, á página 4 do primeiro caderno, se esclarece que “até agora já foram liberados cerca de R\$44,2 bilhões nas linhas de socorro aos Estados e seus bancos”. Se o socorro aos bancos estaduais é viável, apesar de implicar montantes superiores àqueles propostos para a educação, por que não o seria o socorro ás escolas para tirá-las do estado de calamidade em que se encontram? Para essa pergunta só há uma resposta: é uma questão de prioridade política (...). (SAVINIANI, 2011, p. 302).

Portanto a educação não pode ser concebida como meio e fim último da formação, da construção de uma sociedade melhor, a educação por se só não conseguirá mudar tal realidade. Exemplo de tal realidade, é a taxa de R\$300,00 por aluno-ano que não resolve o problema do ensino fundamental. Disposto na Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério: §4º No primeiro ano de vigência desta lei, o valor mínimo anual por aluno a que se refere este artigo.



(...) os investimentos ainda precisam ser maiores, enquanto o Brasil entre 1999 e 2008, gastou US\$978,00 anuais por estudante, países como Uruguai, Bolívia, El Salvador, Peru, Paraguai, Nicarágua e Equador gastaram em média 7,4% a mais que o Brasil (US\$1.050,00 por aluno). (ALVAREZ, 2010).

Por determinação da Constituição Federal, os estados e os municípios devem aplicar no mínimo 25% e a União 18% de suas respectivas receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Esta receita de impostos advém de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual que é o Fundeb, substituindo o FUNDEF, do antigo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). “Entretanto, ocorreu, agora, um importante avanço, representado, por um lado, pela ampliação do âmbito de incidência e, por outro lado, por um relativo aumento da participação da União na constituição do Fundo”. (SAVINIANI, 2011, p. 85), o FUNDEB que é a uma das principais fontes de recursos da educação.

Um dos aspectos do Fundo é este, a ampliação para toda a educação básica, também a educação de jovens e adultos (EJA), abrangendo os meios urbano e rural e as modalidades da educação especial, da educação indígena e quilombola, assim como a educação profissional deste que integrada ao ensino médio. Outro aspecto importante do Fundo é a disposição de ampliar o compromisso da União com o financiamento da educação básica pelo dispositivo incluído na Medida Provisória n. 339, instância federal a utilização do salário-educação para suprir sua parte na composição do Fundo.

Essa outra fonte de recursos da educação, o salário – educação, que é pago pelas empresas em geral e entidades públicas e privadas, “instituído em 1964, é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltadas para o custeio da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica.” (MEC/2013). Essas duas principais fontes de recursos apresentadas acima ficam a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a função de empregar as contribuições com a missão de oferecer assistência financeira e técnica e executar ações a fim de alcançar melhoras e garantir uma educação de qualidade para todos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC) (MEC, 2013).



O FNDE com o intuito de contribuir e garantir um ensino de qualidade e para todos se traduz por meio de objetivos estratégicos materializando-se por meio de diversos projetos e programas em ação, são alguns deles: Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca na Escola, Transporte Escolar, ProInfo e tantos outros executados com recursos destinados a financiar o Ensino público.

No Brasil, as três esferas de governo – União, Estados e Municípios – possuem responsabilidades para com a garantia dos direitos a educação, devendo os mesmos atuar em regime de colaboração, ou seja, devem cooperar, financeiramente ou de outros modos, para que se efetive a democratização do acesso e da permanência da população na escola, assim como a oferta de condição para um ensino de qualidade. (FAREZENNA, 2002, apud. GIRO, Suzana; MICHEL, Murilo, 2004).

Mas o Brasil já esteve em situação pior, segundo Marcelo Neri, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, apontou que o país está em um bom caminho ao priorizar o ensino básico e tem metas de médio e longo prazo, como a própria criação do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado pelo MEC em 16 de dezembro de 1997. “Sou otimista. Em primeiro lugar, porque o investimento está aumentando para o ensino básico; o número para o ensino superior está estável.” (NERI, 2010). Afirma ainda mais, “a educação é a mãe das políticas públicas.” (NERI, 2010).

METODOLOGIA

Neste artigo focalizaremos dois rumos em que a política educacional brasileira deixa a desejar, o fato da existência dos recursos financeiros na educação básica deste país, que não alcança resultados satisfatórios no aprendizado de sua clientela (os alunos) e como se dá o gerenciamento destes recursos financeiros na educação em âmbito das escolas. Partiremos então da realidade de duas escolas Municipais de Parnaíba – Piauí. Para evitarmos comparações que desmereçam os trabalhos, dessa maneira em ambas as instituições utilizaremos nomes fictícios para nos referirmos as instituições onde realizamos nosso estudo.

Este estudo baseado em documentos, estudos e pesquisas, coloca o mau andamento da qualidade do ensino, não pela falta de implementação de políticas públicas, as políticas educacionais especificamente, mas pela má condução da implementação destas políticas, ou seja, a gestão destes recursos, levando em conta a



participação da família e da sociedade que culturalmente não concebe a educação como elemento transformador de qualquer sociedade em qualquer época.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Partiremos então agora da análise das entrevistas coletadas com as gestoras das duas instituições de ensino aqui pesquisadas, que se localizam em uma área não muito humilde da Cidade de Parnaíba e pertencem a bairros vizinhos. Uma das instituições, que nomearemos de Escola (A) possui cerca de 250 alunos matriculados nos dois turnos manhã e tarde, que contemplam turmas do 1º ao 5º ano, na qual a atual gestora já está há 8 anos no cargo e possui na instituição diversos programas do governo, como o Mais Educação, Educação Inclusiva, PDDE, PDE (estrutura), Proinfo, PNLD e Merenda Escolar. A segunda instituição que chamaremos de Escola (B) com cerca de 130 alunos matriculados nos dois turnos manhã e tarde, atende turmas do 1º ao 3º ano e a educação infantil, em que a gestora já está há quase 4 anos na gestão, só se inclui atualmente no programa da Merenda Escolar e do PNLD.

A gestora da Escola (A) afirma possuir tanta coisa na escola como biblioteca, sala de informática, sala de recursos, sala de vídeo e tantos outros recursos didáticos conseguidos com esforço, paciência, persistência, segundo ela “tudo isso foi conseguido indo atrás, é preciso reivindicar, saber falar e nada foi conseguido de uma hora para outra, foi com muita paciência”. Renato Corona, gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) afirmou que, “defendo que se gaste mais em educação, mas não se trata só de valores, precisamos de mais eficiência. Há países com gastos menores e resultados melhores”. (ALVAREZ, 2010). Um exemplo que denota tal realidade é a China que gasta o correspondente a 48,3% do gasto do Brasil e apresenta taxa de analfabetismo menor. Diante destes resultados e pesquisas que põe o Brasil como aquele dentre muitos países até mesmo desenvolvidos que mais gasta com a educação é ao mesmo tempo o que apresenta os piores índices de qualidade de ensino.

Na segunda instituição, a Escola (B) a realidade é totalmente contraditória, a escola dispõe de pouquíssimos recursos, quadros de giz, um mimeógrafo antigo que mal funciona, um computador desativado, uma tv e uma caixa de som. A principal alegação da gestora pela falta de recursos é porque a instituição não possui CNPJ e a Secretaria de Educação coloca muitas dificuldades na liberação de recursos. Mencionando a



Escola (A), para que a mesma instituição recebesse o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), foi preciso que a gestão da instituição cadastrasse-se no programa, criasse um conselho escolar registrado com os membros da comunidade escolar, devidamente legalizado, autenticado, depois os dados foram enviados ao MEC, após a análise desses requisitos a escola passa a aderir ao programa, uma coisa que demanda tempo e principalmente trabalho.

A capacidade de transformar recursos financeiros em resultados educacionais depende também do contexto escolar: corpo técnico e docente, direção da escola, participação da comunidade e dos pais, integração entre as escolas e família, nível de integração do sistema escolar, entre outros fatores. (Veiga, Costa & Fortes, 1999, apud, GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio, 2011, p. 103).

A questão que responde inúmeras indagações, que não é novidade para muitos, reforça que para que uma escola possua tudo em matéria de recursos e outra escola do próprio município não possua praticamente nada, está ligada diretamente a uma boa gestão, exemplo disso é o fato da Escola (A) para conseguir participar do Programa Proinfo, foi preciso adequar-se a inúmeras exigências, como mudança do medidor de energia da escola, espaço adequado para funcionar programa, mudanças nas instalações elétricas e o mais importante o projeto e o plano de como vai vigorar tal programa. Aqui retomamos a nossa fala novamente para alcançar conquistas educacionais há de se ter trabalho e força de vontade e é o que muitos gestores “fogem” para não ter trabalho.

CONCLUSÃO

No contexto atual, na qual a escola é cada vez mais cobrada pelo fato de que o avanço tecnológico se desencadeia de forma ascendente, o conhecimento, a informação se transforma num “pisar de olhos”, o indivíduo é cada vez mais exigido por um mercado de trabalho a procura de um profissional competitivo, inovador e qualificado. Dessa maneira a educação brasileira corre o risco de ficar para trás, de cair num desfiladeiro sem fim, a escola brasileira corre o perigo de oferecer um produto (formação do aluno) já passado da validade, pois a mesma não consegue se adequar as cobranças da modernidade.

Um país que não concebe a educação como o pilar da produtividade, do crescimento de uma nação, da emancipação do ser humano, é preciso romper com essa barreira e começar a cultivar na cabeça de crianças, jovens, adultos e idosos uma cultura



de educação. O Brasil está sim, sem dúvidas nenhuma, passando por avanços, que cresce em números, tantos milhões de alunos tem a acesso a escola, onde o governo oferece inúmeras bolsas, programas, projetos para as escolas e “rios e rios de dinheiro”.

O problema da educação brasileira é este, metas inviáveis, estipulados pela LDB a serem realizados em dez anos. Inviáveis pelo fato que o principal e talvez mais importante Plano, refiro-me ao PNE, não são dadas uma mínima de atenção, pelo seguinte fato, á medida que estas metas não se tornarem prioridades politicas, elas não passaram simplesmente documentos e cartas, intenções no papel, que não se farão uso nenhum.

Por fim, retomamos as falas das gestoras, a gestora da Escola (A) “recursos existem, não suficientes, que ajudam o trabalho docente, mais que aqui ainda não apresentam resultados satisfatórios, porque a criança e a família não valoriza, o aluno vem muitas vezes vem pela merenda, como se os estudos não fosse importantes”. A participação da comunidade escolar e social (sociedade, pais, alunos, funcionários, professores e gestores) é fator importante numa boa gestão, pois quem sustenta e conhece as necessidades da escola, é a quem dela faz parte. Então enquanto não existir um diálogo permanente entre escola, comunidade escolar e social se continuara pensando nos problemas da escola, mas não em resolvê-las, continuarão sonhando em fazer reformas educacionais em que o seu olhar deveria estar voltado para um elemento muito importante, que é para quem a escola foi feita, para a comunidade, que possui suas mazelas, problemas, anseios, necessidades e frustrações que precisam ser levadas em conta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Luciana. **Gestão de recursos da educação no Brasil**. O Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://jorgewerthein.blogspot.com.br/2010/11/gestao-dos-recursos-da-educacao-nohtml/>. Acesso em: 26 março 2013.

BRASIL. **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 10 março 2013.

GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2011, pág. 89 – 125.

GIRO, Suzana; MICHEL, Murilo. **A importância da gestão democrática dos recursos públicos destinados á educação**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis, Ano II – n. 03, Periódicos Semestral, 2004. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/>. Acesso em: 27 março 2013.



MENEZES, Naércio. **Na educação, gestão pesa mais que recursos**, 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-milelnium/2013/03/27/na-educacao-gestao-pesa-mais-que-recursos//>. Acesso em: 27 março 2013.

SAVINIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional**. 4. Ed. rev. – Campinas, SP, Autores associados, 2011.